

RELATÓRIO SEMESTRAL DE DILIGÊNCIA E VERIFICAÇÃO DE LASTRO

JUNHO/2025

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
1.1. SOBRE O IPREM	3
1.1.1. PRÓ-GESTÃO	3
2. CONTEXTO ECONÔMICO	4
3. REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA	5
4. DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	6
4.1. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	7
5. ACOMPANHAMENTO DE RENTABILIDADE	12
6. ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES	14
6.1. VOLUME DE RECURSOS SOB ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO	14
6.2. QUALIDADE DE GESTÃO E RATINGS	15
7. ANÁLISE DOS RISCOS	16
7.1. RISCO DE MERCADO	16
7.2. RISCO DE CRÉDITO	16
7.3. RISCO DE LIQUIDEZ	16
8. RISCO DE SOLVÊNCIA	17
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	17

1. INTRODUÇÃO

O Relatório Semestral de Diligência e Verificação de Lastro tem como objetivo evidenciar o acompanhamento das principais informações dos ativos presentes na carteira do **IPREM**, em atendimento à regulamentação referente à gestão dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, em especial a Resolução CMN nº 4.963/2021, a Portaria MTP nº 1.467/2022 e seguindo a orientação do Manual do Pró-Gestão RPPS – Versão 3.6 - 21 de fevereiro de 2025.

Conforme preconiza o Art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/2021, procurou-se demonstrar que foram atendidos os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência, e que as atividades foram desenvolvidas com boa-fé, lealdade e diligência, além de ter seguido os mais elevados padrões éticos e de conduta.

O Relatório Semestral de Diligência e Verificação de Lastro utilizará como base para as análises a posição da carteira referente ao fim do mês de junho de 2025. A partir disso, serão analisados “critérios referentes às instituições investidas”, nos quais serão analisados itens em relação aos prestadores de serviço de administração e gestão dos fundos em carteira, e “critérios referentes aos ativos investidos”, em que serão analisadas informações como composição da carteira e risco dos fundos, além da aderência dos investimentos realizados à Política de Investimentos vigente.

1.1. SOBRE O IPREM

O IPREM foi instituído pela Lei Municipal nº 1.791/2002 e reestruturado pela Lei nº 1.945/2005. Trata-se de Autarquia Municipal, com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, responsável pela gestão do RPPS de Três Marias.

Sua finalidade é administrar os recursos previdenciários e garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do regime, assegurando o pagamento de aposentadorias e pensões aos servidores públicos titulares de cargo efetivo, inativos e seus dependentes. A estrutura do Instituto é composta pela Superintendência, Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Controle Interno e Equipe Técnica de apoio.

1.1.1. PRÓ-GESTÃO

Desde a adesão ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (PRÓ-GESTÃO RPPS), em 2018, o Instituto de Previdência do Município de Três

Marias (IPREM) tem se dedicado a aprimorar continuamente suas práticas de governança, transparência e eficiência administrativa. O Instituto obteve sua certificação inicial em 03/09/2021, alcançando o Nível II, e renovou a certificação em 07/02/2025.

2. CONTEXTO ECONÔMICO

O primeiro semestre de 2025 foi marcado por um ambiente econômico desafiador, tanto no Brasil quanto no exterior. No cenário doméstico, a política monetária manteve-se restritiva, com a taxa Selic elevada a 15% ao ano, em resposta à inflação persistente e às expectativas desancoradas. Segundo o relatório, o IPCA acumulou alta de 5,35% em 12 meses até junho, superando o centro da meta de 3% definida pelo Conselho Monetário Nacional e também o intervalo de tolerância de 1,5 p.p. O desvio persistente da inflação em relação ao objetivo central reforça a necessidade de uma política monetária contracionista por período prolongado.

Apesar do cenário de juros altos, a atividade econômica seguiu aquecida. O IBC-Br registrou crescimento acumulado de 4,18% em 12 meses até maio, e a taxa de desemprego medida pela PNAD Contínua caiu para 6,2%, o menor patamar da série histórica para o período. O mercado de trabalho aquecido sustenta o consumo das famílias, mas também contribui para pressões inflacionárias, exigindo cautela na condução da política monetária.

O quadro fiscal permanece frágil e segue como um dos principais pontos de atenção. Apesar de o setor público consolidado ter registrado superávit primário de 0,20% do PIB em 12 meses, o resultado nominal alcançou -7,58% do PIB, pressionado pelo elevado custo do serviço da dívida. Além disso, a Instituição Fiscal Independente (IFI) projeta resultados primários negativos até 2035 mesmo no cenário mais otimista, reforçando os riscos de sustentabilidade fiscal.

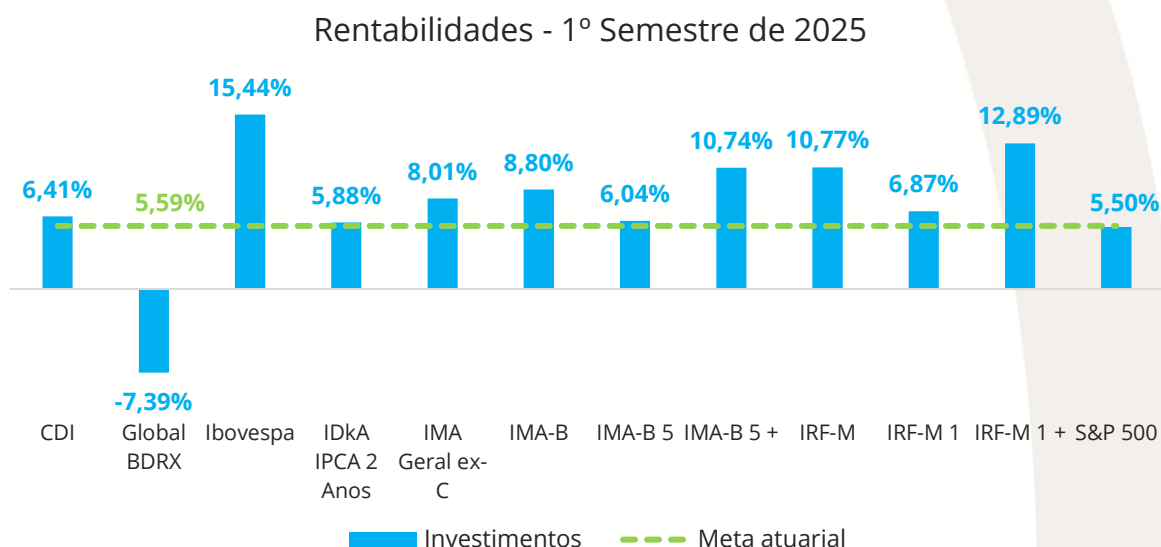
No câmbio, o real apresentou valorização de 12% frente ao dólar no primeiro semestre, impulsionado pelo elevado diferencial de juros entre Brasil e Estados Unidos — 10,50 p.p. — e pelo fluxo de capital estrangeiro atraído pelas altas taxas reais no país, que chegaram a 9,16%. Essa valorização contribuiu para um arrefecimento parcial da inflação, mas também impactou negativamente os ativos internacionais sem proteção cambial, como o índice Global BDRX, que registrou queda de -7,39% no período.

No cenário internacional, os Estados Unidos mantiveram a taxa básica de juros no intervalo entre 4,25% e 4,50%, diante de uma inflação ainda resiliente e da adoção de políticas comerciais mais restritivas pelo novo governo Trump, incluindo tarifas elevadas sobre produtos do México, Canadá e China. O FOMC revisou para baixo a expectativa de crescimento do PIB americano para 1,4% em 2025, refletindo as condições financeiras mais

restritivas e as tensões no comércio global.

A bolsa brasileira apresentou desempenho positivo, com o Ibovespa subindo 15,44% no semestre, impulsionado pelos resultados sólidos das companhias listadas. O índice de small caps (SMLL), por sua vez, apresentou desempenho superior, refletindo a maior sensibilidade das empresas de menor capitalização às mudanças nas expectativas dos investidores.

Em resumo, o primeiro semestre de 2025 foi marcado por um cenário de alta volatilidade e incertezas fiscais, mas também por oportunidades pontuais para investidores. A valorização do real, a manutenção da Selic elevada, o aquecimento da atividade econômica e o desempenho positivo da bolsa foram os principais destaques, enquanto o risco fiscal, a inflação elevada e as tensões internacionais permanecem como pontos de atenção para o restante do ano.



Fonte: Quantum Axis e UNO.

3. REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA

A Gestão de Investimentos do IPREM é conduzida em conformidade com a legislação que rege as aplicações dos recursos financeiros no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social, destacada a seguir:

- I. Resolução do Conselho Monetário Nacional - CNM nº 4.963/2021, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- II. Portaria nº 1.467 de 06 de junho de 2022, do Ministério do Trabalho e Previdência, que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos

da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, a Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019;

III. Política Anual de Investimentos do exercício de 2025.

4. DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A Carteira de Investimentos é conduzida com diligência pela gestão previdenciária, em conformidade com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.963/2021, considerando a necessidade de mitigar riscos associados à volatilidade dos mercados e às mudanças no cenário econômico nacional e internacional. O objetivo central é assegurar, no médio e longo prazo, os recursos garantidores necessários ao pagamento dos benefícios previdenciários concedidos e a conceder pelo IPREM.

A carteira conta com 15 fundos de investimento, sendo 9 de Renda Fixa, 2 de Renda Variável, 2 no segmento de investimentos no exterior e 2 fundos multimercado. Além disso, o RPPS possui títulos públicos comprados de forma direta e letras financeiras emitidas pelo Banco Daycoval, todos marcados na curva. O objetivo da diversificação é reduzir a exposição a um único risco, mercado ou indexador, otimizando a relação risco/retorno/liquidez e trazendo mais estabilidade aos resultados.

4.1. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

A Carteira de Investimentos do IPREM, em junho, estava composta da seguinte forma, em consonância com as normas legais pertinentes e com a Política de Investimentos vigente:

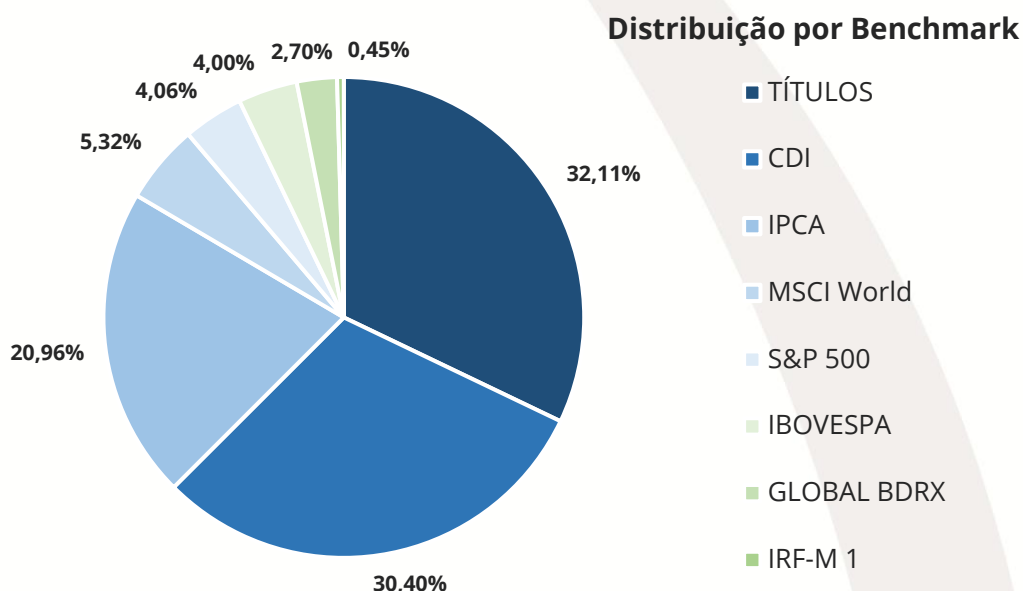
ATIVO	SALDO (R\$)	PARTICIPAÇÃO S/ O TOTAL (%)	RESOLUÇÃO CMN - 4.963/2021
TÍTULOS PÚBLICOS	18.169.042,81	16,58	7, I "a"
BB PREVIDENCIÁRIO RF TP VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA	16.739.264,31	15,27	7, I "b"
BRABESCO FI FINANCEIRO RF ESTRATÉGIA XXVI - RL	6.239.435,39	5,69	7, I "b"
BB IRF-M 1 TP FIC RF PREVID	496.066,34	0,45	7, I "b"
CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	11.039.926,28	10,07	7, III "a"
V8 VANQUISH TERMO FI RF	10.220.773,12	9,32	7, III "a"
BRABESCO PREMIUM FI RF REF DI	7.155.440,01	6,53	7, III "a"
BB PERFIL FIC RF REF DI PREVIDENC	3.873.197,10	3,53	7, III "a"
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	508.556,28	0,46	7, III "a"
TÍTULOS PRIVADOS	17.027.331,08	15,53	7, IV
DAYCOVAL CLASSIC FI RF CRÉDITO PRIVADO	536.499,10	0,49	7, V "b"
FINACAP MAURITSSTAD FI AÇÕES	4.382.943,11	4,00	8, I
ARBOR II FIC FIA	3.694.092,51	3,37	8, I
SCHRODER SUST AÇÕES GLOBAIS IE FIC AÇÕES	2.135.711,98	1,95	9, II
CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I FI AÇÕES	2.962.610,61	2,70	9, III
BTG PACTUAL S&P 500 BRL FI MULTIMERCADO	2.406.940,93	2,20	10, I
RIO BRAVO PROTEÇÃO DINÂMICO FI MULT - RESP. LIMITADA	2.048.965,31	1,87	10, I
TOTAL	109.636.796,27	100	-

Com relação ao enquadramento, a carteira de Investimentos do IPREM possui a seguinte distribuição:

					ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO – POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2025		
Segmento	Tipo de Ativo	Saldo (R\$)	Saldo (%)	4963	Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior
Renda Fixa	7ª I, 'a' – Título Tesouro Nacional	18.169.042,81	16,57%	100,00	0,00	18,00	33,00
	7º, I, 'b' - FI Renda Fixa Ref 100% títulos TN	23.474.766,04	21,41%	100,00	0,00	30,00	62,00
	7º, III, 'a' – FI Renda Fixa	32.797.892,79	29,92%	60,00	5,00	12,00	60,00
	7º, IV – Ativos Bancários	17.027.331,08	15,53%	20,00	0,00	2,00	20,00
	7º, V b – Crédito Privado	536.499,10	0,49%	5,00	0,00	1,00	5,00
Total de Renda Fixa		92.005.531,82	83,92%		5,00	63,00	100,00
Renda Variável	8º I - FI em Ações	8.077.035,62	7,37%	30,00	0,00	20,00	30,00
Total de Ações		8.077.035,62	7,37%		0,00	29,00	30,00
Exterior	9º II - Constituídos no Brasil	2.135.711,98	1,95%	10,00	0,00	3,00	10,00
	9º III - BDR Nível I	2.962.610,61	2,70%	10,00	0,00	3,00	10,00
Total de Exterior		5.098.322,59	4,65%		0,00	6,00	10,00
Estruturado	10º I - Multimercado	4.455.906,24	4,06%	10,00	0,00	1,00	10,00
Total de Estruturados		4.455.906,24	4,06%		0,00	1,00	10,00
Total PL		109.636.796,27	100,00%		-	100,00	-

Em relação à diversificação, os investimentos do IPREM estão distribuídos em diferentes perfis e fatores de risco, que sofreram algumas alterações durante o semestre, com a maior parte da carteira se mantendo alocada em ativos conservadores, com títulos comprados diretamente (públicos e privados) representando a maior participação. As principais alterações que ocorreram foram o aumento da alocação em CDI e a redução do percentual alocado em fundos de vértice e em fundos de BDR.

Abaixo estão os fatores de risco aos quais o IPREM esteve exposto durante o primeiro semestre de 2025:



Fonte: UNO – Junho/2025

Distribuição por Benchmark	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
TÍTULOS	32,31%	31,76%	31,61%	32,09%	30,66%	32,10%
CDI	22,02%	24,13%	25,84%	24,75%	32,77%	30,40%
IPCA	27,87%	26,84%	26,43%	26,87%	20,08%	20,96%
MSCI World	5,39%	5,09%	4,65%	4,69%	4,90%	5,32%
S&P 500	2,17%	2,08%	1,96%	1,95%	2,00%	4,06%
IBOVESPA	3,79%	3,58%	3,58%	3,77%	3,74%	4,00%
GLOBAL BDRX	6,27%	6,08%	1,96%	5,41%	5,42%	2,70%
IRF-M 1	0,19%	0,44%	0,44%	0,45%	0,43%	0,45%

Fonte: UNO

Foi realizada a abertura das carteiras dos fundos nos quais o IPREM está alocado, permitindo identificar a destinação efetiva dos recursos e o nível real de risco associado à carteira. Em seguida, todos os ativos foram consolidados com o objetivo de evidenciar a composição da carteira.



O tabela abaixo destaca as 20 maiores posições do IPREM, que, em conjunto, representam aproximadamente 89% do patrimônio investido.

<i>Nome do Ativo</i>	<i>Valor do Ativo (mil R\$)</i>	<i>Participação do Ativo</i>
NTN-B - Venc.: 15/08/2026	22.961,60	20,05%
LETRAS FINANCEIRAS DAYCOVAL - Venc.: 2026; 2029; 2034	17.027,33	14,87%
NTN-B - Venc.: 15/05/2045	10.559,47	9,22%
NTN-B - Venc.: 15/08/2040	7.609,57	6,64%
Cotas de BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RF REF DI	7.155,44	6,25%
Vendas a termo a receber (omitidos)	6.754,23	5,90%
Disponibilidades	4.903,76	4,28%
Cotas de Fundos (omitidas)	4.874,93	4,26%
Operações Compromissadas - LFT - Venc.: 01/03/2030	3.796,88	3,31%
Ações (omitidas)	3.775,86	3,30%
Títulos Públicos (omitidos)	2.619,16	2,29%
Invest. no Exterior - SCHRODER GLOB SUST G - Venc.: 31/12/2050	2.111,24	1,84%
LFT - Venc.: 01/03/2027	2.074,33	1,81%
LTN - Venc.: 01/07/2027	1.858,49	1,62%
LFT - Venc.: 01/03/2026	1.401,77	1,22%
LFT - Venc.: 01/09/2027	822,91	0,72%
LFT - Venc.: 01/09/2026	596,53	0,52%
LFT - Venc.: 01/03/2028	471,98	0,41%
Operações Compromissadas - NTN-B - Venc.: 15/05/2033	429,53	0,38%
LFT - Venc.: 01/09/2025	385,84	0,34%

Fonte: Quantum Axis e UNO – 20 maiores posições consolidadas (30/06/2025)

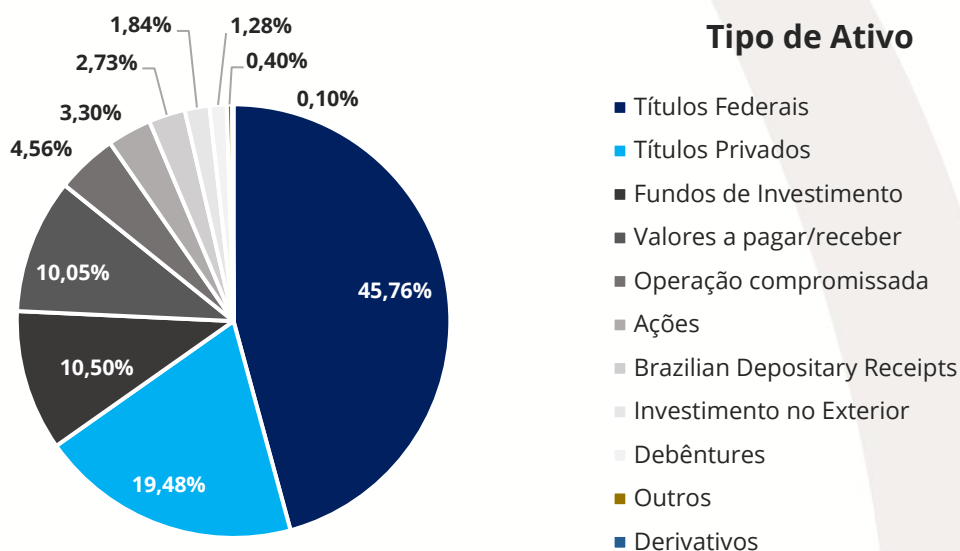
Obs: Respaldados nas regras da Resolução CVM nº 175, fundos investidos pelo RPPS têm suas carteiras recentes omitidas, o que prejudica a consolidação das informações referentes ao fechamento de junho.

Considerando a carteira consolidada, observamos que 45,76% dos recursos do IPREM são investidos em títulos públicos federais de forma direta e indireta (através da aplicação em fundos de investimento) e 4,56% em operações compromissadas lastreados em títulos públicos federais. Ou seja, o lastro final de 50,32% dos recursos investidos pelo RPPS é o Tesouro Nacional. O risco de crédito destes títulos é considerado o menor do mercado brasileiro (risco soberano).

Outra posição relevante da carteira refere-se à aplicação em ativos de emissão bancária. O somatório dos ativos investidos de forma direta e indireta (através da aplicação em fundos de investimento) representa em torno de 19,5% do patrimônio do RPPS. No que se refere à compra direta (16,57%), vale salientar as letras financeiras são emitidas pelo Banco Daycoval,

instituição classificada com Rating AA+br pela Moody's Local em outubro de 2024.

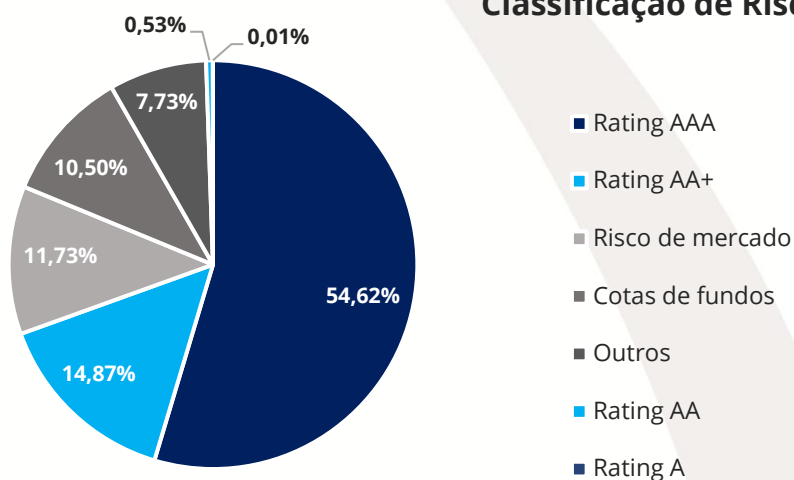
O percentual alocado em ações (através da aplicação em fundos de investimento), por sua vez, representa cerca de 3,3% do patrimônio do RPPS. Já os investimentos em BDR representam 2,73% e investimentos no exterior 1,84%. Também há 1,28% em debêntures. Por fim, 10,5% do portfólio está alocado em fundos de investimento cujas carteiras não estão disponibilizadas, 10% em "valores a pagar/receber", 0,4% em ativos classificados como "outros" e 0,1% em derivativos.



Fonte: Quantum Axis 30/06/2025

Com relação ao risco de crédito, destacamos que a carteira consolidada do IPREM possui 54,62% dos recursos investidos em ativos classificados como AAA, considerando títulos privados e títulos de emissão do Tesouro Nacional, com classificação equivalente ao *rating* soberano do país, os quais são considerados como os menor risco de crédito do mercado brasileiro. Ademais, há ativos classificados como AA+ (14,87%); risco de mercado (11,73%), que inclui ações, BDR e derivativos; e cotas de fundos cujas carteiras não estão disponibilizadas (10,50%).

O gráfico abaixo demonstra o nível de risco incorrido nas aplicações do IPREM:



Fonte: Quantum Axis -junho/2025.

Título	Venc.	Compra	Qtd	P.U. Compra	P.U. Atual	Marcação	Taxa	Valor Compra	Valor Atual
NTN-B 2045	15/05/2045	31/12/2024	2377	4.311,23	4.442,35	CURVA	6,26%	R\$ 10.247.784,69	R\$ 10.559.467,83
NTN-B 2040	15/08/2040	31/12/2024	1676	4.406,08	4.540,32	CURVA	6,00%	R\$ 7.384.595,57	R\$ 7.609.574,98
Total Títulos Públicos								R\$ 17.632.380,26	R\$ 18.169.042,81

Título	Venc.	Compra	Qtd	P.U. Compra	P.U. Atual	Marcação	Taxa	Valor Compra	Valor Atual
LF BANCO DAYCOVAL IPCA	16/11/2026	31/12/2024	1	3.355.797,51	3.566.747,51	CURVA	6,49%	R\$ 3.355.797,51	R\$ 3.566.747,51
LF BANCO DAYCOVAL IPCA	02/04/2029	31/12/2024	1	5.162.916,38	5.504.481,61	CURVA	6,80%	R\$ 5.162.916,38	R\$ 5.504.481,61
LF BANCO DAYCOVAL IPCA	14/06/2034	31/12/2024	1	7.441.541,74	7.956.101,96	CURVA	7,30%	R\$ 7.441.541,74	R\$ 7.956.101,96
Total Títulos Privados								R\$ 15.960.255,63	R\$ 17.027.331,08

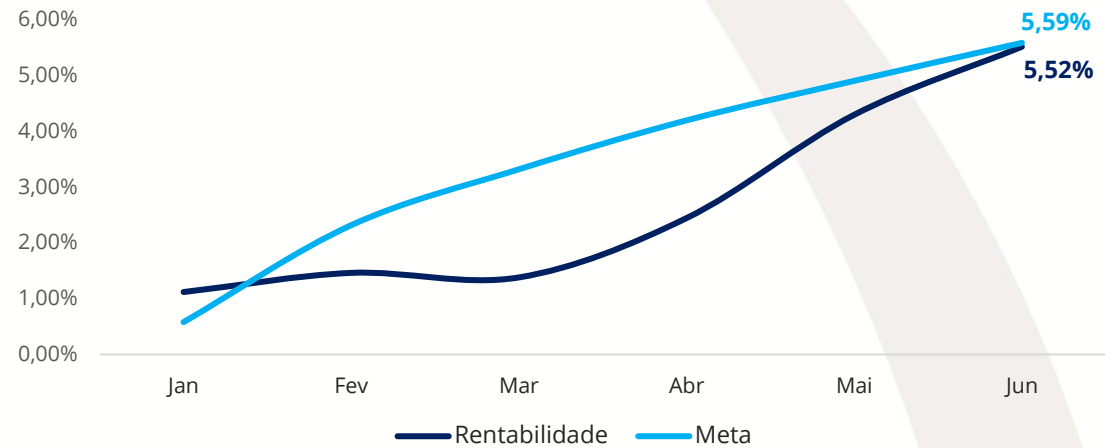
5. ACOMPANHAMENTO DE RENTABILIDADE

A tabela a seguir apresenta os retornos mensais e o acumulado ao longo do semestre, expressos em valores (reais) e percentuais. Da mesma forma, a meta atuarial é demonstrada com periodicidade mensal e acumulada. No primeiro semestre de 2025, o IPREM alcançou 98,75 % da meta atuarial, registrando uma rentabilidade de 5,52%, em comparação à meta atuarial de 5,59%.

O desempenho da carteira marginalmente abaixo da meta atuarial no semestre foi impulsionado, principalmente, pela alta da inflação em fevereiro, o que elevou a meta, e pela alocação em fundos de investimento no exterior, que em março performaram negativamente. Já os ativos conservadores, como fundos DI e títulos comprados diretamente

e marcados na curva, contribuíram para o controle de riscos e para a obtenção de rentabilidade alinhada à meta.

Rentabilidade x Meta (1º semestre de 2025)



Rentabilidade x Meta - Mensal

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Rentabilidade	1,12%	0,34%	-0,08%	1,05%	1,81%	1,17%
Meta	0,58%	1,73%	0,98%	0,85%	0,68%	0,66%
Percentual da meta	193,10%	19,65%	-8,16%	123,53%	266,18%	177,27%

Fonte: UNO.

Período	Saldo Anterior R\$	Saldo Final R\$	Rent. (R\$)	Rent. (%)	Meta (%)
1ª semestre 2025					IPCA + 5,10% a.a.
Janeiro	107.314.772,23	R\$ 109.844.443,50	1.208.113,08	1,12	0,58
Fevereiro	109.844.443,50	107.845.874,04	353.474,80	0,34	1,73
Março	107.845.874,04	110.032.255,76	64.650,03	-0,08	0,98
Abril	110.032.255,76	111.519.190,98	1.145.267,66	1,05	0,85
Maio	111.519.190,98	114.742.576,33	1.982.128,58	1,81	0,68
Junho	114.742.576,33	114.538.519,68	1.310.878,98	1,17	0,66
Total	-	-		5,52	5,59

Fonte: UNO.

6. ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES

6.1. VOLUME DE RECURSOS SOB ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Conforme descrito anteriormente, o volume de recursos sob a gestão e a administração das instituições é um dos critérios a serem analisados para evitar o risco de concentração.

Visando reduzir esse risco, o art. 20 da Resolução nº 4.963/2021 impõe alguns limites sobre os valores investidos por um RPPS em relação ao total de recursos de gestão de terceiros geridos por uma mesma instituição ou grupo econômico:

Art. 20. O total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em fundos de investimento e carteiras administradas não pode exceder a 5% (cinco por cento) do volume total de recursos de terceiros gerido por um mesmo gestor ou por gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômicas, assim definidas pela CVM em regulamentação específica.

O IPREM atende o item supracitado, conforme pode ser verificado na tabela a seguir:

Gestor	Valor	% s/ Carteira	% s/ PL gerido (art. 20)
BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A	21,11	19,25	0,001%
BANCO BRADESCO S.A.	14,51	13,24	0,003%
CAIXA DTVM S.A.	13,39	12,22	0,002%
V8 CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.	10,22	9,32	0,169%
FINACAP INVESTIMENTOS LTDA*	4,38	4,00	0,395%
ARBOR GESTÃO DE RECURSOS LTDA	3,69	3,37	0,661%
ITAU UNIBANCO ASSET MANAGEMENT LTDA.	2,41	2,20	0,000%
BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S/A DTVM	2,14	1,95	0,009%
SCHRODER INVESTMENT MANAGEMENT BRASIL LTDA.	2,05	1,87	0,021%
RIO BRAVO INVESTIMENTOS LTDA	0,54	0,49	0,003%
DAYCOVAL ASSET MANAGEMENT ADM DE RECURSOS LTDA	21,11	19,25	0,001%

*Não consta no ranking ANBIMA.

Já no inciso II do §2º do art. 21, a Resolução nº 4.963/2021 também limita os percentuais de aplicação dos RPPS em geral em relação ao total de recursos sob administração:

II - o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;

Já com relação aos administradores, a distribuição se dá da seguinte forma:

Administrador	Recursos oriundos de RPPS (R\$ milhões)	Volume de recursos de terceiros (R\$ milhões)	% Saldo de RPPS s/ total de recurso gerido
BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A	93.505,05	1.749.935,36	5,34%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	77.272,15	673.422,38	11,47%
BANCO BRADESCO S.A.	16.998,07	769.341,85	2,21%
BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S/A DTVM	7.786,90	778.572,00	1,00%
BEM - DTVM LTDA.	5.899,08	411.097,20	1,43%
INTRAG DTVM LTDA.	949,26	469.062,30	0,20%
BANCO DAYCOVAL S.A.*	-	81.865,40**	-
S3 CACEIS BRASIL DTVM S.A.*	-	-	-

*Não constam no Ranking Global de Administração de Recursos de Terceiros da ANBIMA.

**Foi considerado valor do Ranking de Administração de Fundos de Investimento.

Nas tabelas acima foram detalhados os valores de investimentos do IPREM e dos RPPS, relacionando-os com os valores totais de recursos sob gestão e administração das instituições. A fonte dos dados da indústria de RPPS e do valor total gerido e administrado pelas instituições foram coletados dos Rankings da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses rankings são atualizados mensalmente e podem ser acessados a partir [deste link \(clique aqui\)](#).

6.2. QUALIDADE DE GESTÃO E RATINGS

O inciso III do § 2º do art. 21 da Resolução nº 4.963/2021 se refere à boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento dos administradores e gestores dos fundos de investimento que recebem recursos dos RPPS.

III - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenham sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.

Como forma de verificar a qualidade da gestão das instituições presentes em carteira, utilizamos os relatórios de ratings de qualidade de gestão no processo de credenciamento das instituições.

O gestor de fundo de investimento que apresentar relatório de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento (Rating de Qualidade de Gestão) inferior às classificações a seguir não poderá ter o seu credenciamento atualizado:

Moody's: MQ3;
Standard & Poor's: AMP-3;
Fitch Ratings: M3;
Austin Rating: QG 3;
SR Rating: A;
Liberum Ratings: AM3;
LF Rating: LFg3.

As instituições que realizam a gestão dos fundos de investimento presentes na carteira do IPREM, com exceção da ARBOR e da V8 CAPITAL, possuem rating emitido por agência classificadora, conforme apresentado abaixo:

Instituição (Gestora)	Agência	Nota	Classificação	Data
CAIXA ASSET MANAGEMENT	Moody's	MQ1	Excelente	abr/24
BB ASSET MANAGEMENT	Moody's	MQ1	Excelente	jul/24
ITAU UNIBANCO ASSET MANAGEMENT	S&P Global Ratings	AMP-1	Muito forte	dez/23
BANCO BRADESCO S.A.	Moody's	MQ1	Excelente	jun/25
BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S/A DTVM	Fitch Ratings	Excelente	Excelente	jul/22
ARBOR GESTÃO DE RECURSOS LTDA*	-	-	-	-
V8 CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA*	-	-	-	-
SCHRODER INVESTMENT MANAGEMENT BRASIL LTDA.	Fitch Ratings	Excelente	Excelente	jun/22
RIO BRAVO INVESTIMENTOS LTDA	Fitch Ratings	AMP-2	Forte	nov/23
DAYCOVAL ASSET MANAGEMENT ADMINISTRACAO DE RECURSOS LTDA	Moody's	MQ1	Excelente	Abr/25
FINACAP INVESTIMENTOS LTDA	SR Ratings	G2	Muito boa	dez/24

*Rating não localizado.

7. ANÁLISE DOS RISCOS

7.1. RISCO DE MERCADO

Através do sistema UNO, o IPREM mantém acompanhamento mensal de indicadores como volatilidade, VaR, Treynor, Sharpe e Drawdown dos fundos investidos e da carteira consolidada, além do acompanhamento da rentabilidade histórica dos fundos, comparando-os com seus respectivos *benchmarks*, a fim de mensurar qualquer distorção do fundo com o mercado no qual atua.

7.2. RISCO DE CRÉDITO

A mensuração do risco de crédito foi realizada no item 4.1 deste relatório.

7.3. RISCO DE LIQUIDEZ

A carteira conta com uma razoável condição de liquidez, uma vez que parte dos recursos (32,10%) está alocada em títulos públicos e privados comprados diretamente, os quais estão marcados na curva, ou seja, indicam a intenção dos gestores de levar os ativos até os seus

respectivos vencimentos. Além disso, o IPREM possui 21,0% da carteira alocada em fundos de vértice 2026 e 1,9% em um fundo de capital protegido com carência até 2027.

No que se refere aos demais fundos investidos, há 21,0% dos recursos com liquidez imediata (D+0) e os que disponibilizam os recursos em prazo mais longo o fazem em até 12 dias úteis. Ou seja, mesmo desconsiderando a possibilidade de venda dos títulos públicos a mercado, dentro do intervalo de 12 dias úteis o IPREM consegue converter mais de 45% do seu patrimônio em caixa, contribuindo para atender à liquidez necessária para o plano de benefícios e para alinhar o fluxo de recursos entre as obrigações e os investimentos do RPPS.

8. RISCO DE SOLVÊNCIA

Visando manter o acompanhamento da situação atuarial do regime, o IPREM elabora anualmente o Relatório de Avaliação Atuarial e, por meio do fluxo do plano previdenciário disponibilizado no CADPREV, observa-se que o IPREM conviverá com sucessivos fluxos de caixa negativos a partir do ano atual, oriundos da necessidade de pagar suas obrigações previdenciárias que são crescentes e da redução de suas receitas. Contudo, considerando o resultado dos investimentos (ganhos de mercado), o fluxo se tornará negativo a partir de 2035. Considerando o volume de recursos do RPPS, o patrimônio seria totalmente consumido até 2048.

Dessa forma, a médio e longo prazo a situação mostra-se adversa, havendo um risco de insolvência do RPPS, caso não sejam adotadas providências para reverter o atual desequilíbrio atuarial.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro semestre de 2025, a carteira do IPREM manteve uma postura majoritariamente conservadora, preservando significativa parcela dos recursos aplicados em títulos adquiridos diretamente e marcados na curva e fundos DI, assim como apresentou percentual relevante em fundos de vértice. Além desses, também há a presença de ativos relacionados ao segmento de investimentos no exterior.

No que se refere ao desempenho, as alocações em ativos conservadores contribuíram para a obtenção de uma rentabilidade alinhada à meta e manutenção de um controle da volatilidade do portfólio, contudo, a rentabilidade consolidada da carteira ficou ligeiramente abaixo da meta atuarial no acumulado do semestre, especialmente por conta do desempenho negativo dos investimentos no exterior e da alta da inflação em fevereiro, o que elevou a meta atuarial. Cabe ressaltar que no segundo trimestre observou-se uma trajetória de recuperação, o que aproximou o retorno acumulado no semestre da meta



estabelecida.

Dessa forma, os ativos que compõem a carteira do IPREM, dos quais tivemos acesso, não possuem irregularidades e tiveram desempenho condizente com o contexto do semestre.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "V. Leitão".

Vitor Leitão

Consultor de Investimentos